

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.715 - SP
(2019/0157848-0)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : FERNANDO DIAS FLEURY CURADO E OUTRO(S) - SP227858
AGRAVADO : AMMC PROMOCAO DE EVENTOS LTDA
ADVOGADO : VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE E OUTRO(S) - SP018024

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado pelo Município de São Paulo contra decisão da Presidência, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

O agravante aduz não ser caso de aplicação da Súmula 284/STF, porquanto houve clara indicação dos dispositivos tidos por violados - itens 12.13 e 17.06 da Lei Complementar n. 116/2003.

É o relatório.

Há de se afastar a aplicação da Súmula 284/STF, porquanto houve indicação dos dispositivos tidos por violados.

Contudo, o recurso especial não poderia ser conhecido por outro fundamento.

Confira-se.

O acórdão recorrido tratou da cobrança de ISS e foi assim redigido:

No caso em tela, verifica-se que as autuações fiscais em análise foram lavradas em decorrência de regular fiscalização promovida pela Fazenda Municipal no âmbito do processo administrativo nº 2013-0.300.416-6. Ao que consta, os autos de infração fundamentam-se no recolhimento tributário a menor do ISS, já que o pagamento realizado pela contribuinte se deu com base na alíquota de 3%, conforme enquadramento dos serviços tributados no item 17.09 da Lista de Serviços anexa à lei de regência municipal (planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres).

O Município de São Paulo, por outro lado, sustenta que o recolhimento de ISS deveria ter sido realizado com base na alíquota de 5%, tendo em vista que os serviços prestados pela contribuinte se enquadram nos itens 12.13 (Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres) e 17.06 (Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários), ambos da Lei Municipal nº 13.701/03.

Ao que consta, o objeto social da empresa autora (fls. 473/530) prevê não só a prestação de serviços de propaganda, publicidade, promoções e intermediações

Superior Tribunal de Justiça

em jornais ou revistas, mas também as atividades de criação, produção, planejamento, organização e assessoria de congressos, feiras, exposições, eventos culturais e artísticos em geral.

Pois bem. Após detida análise dos contratos de produção, organização e execução de eventos celebrados pela contribuinte, bem como os seus documentos fiscais e comerciais apresentados nos autos, o laudo pericial de fls.1.367/1.385 foi conclusivo no sentido de que os serviços foram corretamente enquadrados pela contribuinte, tanto sob o ponto de vista societário, quanto sob o ponto de vista contábil.

Com efeito, os contratos de parceria de fls. 531/569 consistem em prestações de serviços consubstanciados em organização, coordenação, planejamento e implementação de ações promocionais em feiras e eventos, o que guarda correspondência com as notas fiscais de serviços de fls. 1.033/1.122, razão pela qual se enquadram na rubrica prevista no item 17.09 da Lista de Serviços prevista na legislação municipal.

Frente ao que foi exposto, de rigor que se mantenha a declaração de nulidade dos autos de infração, tal como proferido pelo r. juízo de primeiro grau.

Verifica-se que o acórdão recorrido se encontra fundado em exame do conjunto probatório e de contratos celebrados pela agravada à luz da legislação municipal, o que atrai os óbices processuais a que se referem as Súmulas 5 e 7 do STJ e 280 do STF.

Ante o exposto, mantenho a decisão da Presidência por fundamento diverso e nego provimento ao agravo interno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator